



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
FL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldo - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bilon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basilio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guimar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traleno - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Russo, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edison Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Orlando Pessuti, Cezar Silvestri e Carlos Simões (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento de discussão e votação, por 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei n° 050/93, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.03.93

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.03.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa do interstício para a realização de sessão plenária após a presente sessão, para a apreciação dos projetos de lei constantes da ordem do dia de hoje em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 25.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 097/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a instauração de sindicância policial e procedimentos similares como preliminar de inquérito policial.

Art. 2º - A autoridade policial, ao conhecer do primeiro indício da existência de crime, cujo tipo subsuma habitualidade, ou autoria de qualquer outro crime, instaurará, desde logo, inquérito policial, nos termos do art. 6º e seguintes do Código de Processo Penal.

Parágrafo Único - Quando a prova coligida no inquérito policial não convencer da habitualidade, nos casos exigidos, e a autoridade policial conhecer de fato probatório da reiteração da conduta típica, as diligências serão procedidas em autos complementares, independentemente da existência ou não de prisão em flagrante.

Art. 3º - As sindicâncias policiais e procedimentos similares em tramitação se-

rão imediatamente convertidos em inquérito policial.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O sistema de inquérito policial vem definido entre nós nos Artigos 4º a 23 do Código de Processo Penal. O inquérito é o único procedimento investigatório que a lei processual penal disciplina e sua finalidade principal consiste em aparelhar o titular da ação penal, a fim de que possa regularmente exercer tal direito subjetivo frente ao Poder Judiciário.

Entretanto, de forma hábil, procura-se justificar a prática ilegal de não instaurar formalmente o inquérito policial substituindo-o pelas chamadas "sindicâncias", como investigação prévia ou preliminar à abertura do necessário inquérito.

No plano da legalidade, objetiva o presente projeto impedir que cidadãos venham a depor perante a autoridade policial em procedimentos não previstos em lei, por isso mesmo sem o rigor formal que a necessária segurança da cidadania está a exigir.

De notar, a prática ilegal das sindicâncias e procedimentos similares subtrai do Ministério Público a possibilidade de formular a sua "opinio delicti", bem como impede o Poder Judiciário de fiscalizar o princípio de obrigatoriedade da "persecutio criminis", através do procedimento regulado no art. 28 do Código de Processo Penal.

Nem a circunstância de inexistir prova relativamente à existência material do fato típico ou mesmo de sua autoria confere amparo à prática das sindicâncias policiais e de seus acautelamentos. Muito pelo contrário, a apuração da infração penal e de sua autoria é o próprio objeto do inquérito que, com o presente se deseja re-colocar como moldura legal adequada à atividade investigatória.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Lida e Aprovada a Ata.

Não há expediente.

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente anunciamos a visita a esta Casa de Leis, do Sr. Jonel Chede, vice-Presidente em exercício da Presidência da Associação Comercial do Paraná; Senhor Oswaldo Nascimento Júnior, Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Curitiba; Senhora Terezinha Nadi, Representante do Rotary Clube; Senhor João Flores de Paula, Presidente da Associação de Empresas de Topografia do Estado do Paraná; Dr. Milton Riquelme de Macedo, da Associação Paranaense do Ministério Público do Paraná; Dr. Odone Fortes,

Representante de todas as entidades ligadas à comunicação social; Dr. Glauco Geara, vice-Presidente da A.C.P.

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente nós vamos dar a palavra ao Dr. Jonel Chede, vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná.

O SR. JONEL CHEDE - Digníssimo Deputado

Hermas Brandão que preside essa nobre Casa de Leis; Digníssimos Deputados que compõem a Mesa e o Plenário desta Casa; companheiros, Presidentes e Representantes das entidades representativas de trabalhadores e de empresários do Paraná que compõem essa Comitativa, minhas senhoras e meus senhores.

Com grande emoção faço uso da palavra nesta soberana Casa de Leis, o que aprendi por convivência com homem público por quase trinta anos e o respeitando como homem público e pai aprendi a ter um grande respeito aos homens públicos desse Estado e desse País.

Nobres Deputados a nossa vinda a esta Casa, representa uma soma de forças àquelas já desenvolvidas pelos Senhores, no sentido de que se evite de uma vez por todas uma idéia pouco feliz, uma idéia inoportuna, uma idéia que desfaz a integridade territorial, política, econômica, social e cultural de nosso Estado que é a do Separatismo. Motivados inicialmente por um convite que nos fez na ocasião o Senhor Presidente Anibal Khury para participar do Comitê Pró Unidade do Paraná e naturalmente com apoio de todos os Senhores Deputados, e Associação Comercial do Paraná e todas as Entidades que com ela formam o fórum da parceria, fora esse que hoje congrega dezenas de entidades patronais e profissionais, vimos a esta Casa hipotecar solidariedade aos Senhores no sentido, como eu disse, de que não se rompa esta integridade.

Eu acredito como tenho me manifestado e tido a solidariedade dos membros da nossa Casa que é a Associação Comercial do Paraná que recebe também a solidariedade de todas essas entidades que a hora é de unir e nunca de separar.

Temos ouvido falar e temos participado de debates sobre uma nova Nação econômica que se traça num grande perímetro que é a do MERCOSUL e ao mesmo tempo viemos falar da separação de um Estado. Parece-me que antes de separar é preciso unir, antes de se falar em separatismo é preciso unir nessa idéia do MERCOSUL.

Acreditamos que com o espírito público de cada um dos Senhores, com a liderança de cada um dos Senhores e de todas as regiões que convergem para essa Capital nós poderemos fazer uma luz muito forte a nível de Câmara Federal no sentido de se

sensibilizar os homens públicos que lá estão, muitos deles colegas de Partidos, de doutrina, ideologia, e que me parece que tudo isso hoje se une com uma convergência única que é a idéia de não separar, mas sim de unir. Esta é a mensagem que eu trago da nossa entidade e de todas aquelas que conosco estão solidárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No honrário do Pequeno Expediente com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados Senhores visitantes que representam a família paranaense nos seus segmentos, Senhores sindicalistas, minhas senhoras, meus senhores.

Quando Presidente desta Casa ao tomar conhecimento da iniciativa da separação do nosso Estado do Paraná com parte de Santa Catarina, o Deputado Anibal Khury liderou um movimento aonde mostrava realmente o espírito paranista e unitário da nossa família. Nesta Casa com assento de 54 Senhores Deputados, nenhum deles em momento algum se posicionou a essa iniciativa, e nós que pertencemos ao Partido do PDT, na pessoa do nosso líder e através da nossa voz, nos colocamos ao inteiro dispor dos trabalhos do agenciamento e principalmente daquilo que não pode ocorrer, que é a separação do nosso Estado.

Infelizmente os Senhores Deputados são testemunhas de que aquele movimento, usando de armas escusas, fazendo uma consulta popular indevida na região oeste deste Paraná e parte de Santa Catarina, levou a Câmara Alta deste País o resultado de uma consulta popular dando mostrar que de 70 a 75% das pessoas e famílias consultadas queriam aquela divisão; mas não especificavam naquela consulta qual seria a maneira de criação deste novo Estado, não diziam na consulta qual seria realmente a maneira pela qual o Paraná, Santa Catarina e o novo Estado seriam beneficiados, fizeram realmente sem identificar o propósito.

É nesses parâmetros que realmente essa iniciativa traz ao Paraná a mancha desta posição que foi de um Paranista, e ainda mais para o nosso Partido porque partiu de um Deputado Federal do PDT. Nós queremos dizer de público à imprensa aqui credenciada, repudiamos isso, não consentimos que usem o nome do nosso Partido, mesmo ele pertencendo a este Partido. Essa iniciativa é contra os interesses do Paraná, é contra os interesses da família paranaense, e aqui estamos de público Senhor Presidente e Senhores Deputados pedindo para que se conste em Ata, não só

essa participação desse segmento da comunidade paranaense, mas a presença nesta Casa dos sindicatos representados, e que também tenho a oportunidade, como teve o Presidente da Associação Comercial Industrial do Paraná, para que venho aqui também ocupar dizendo de que os trabalhadores sindicalizados unidos na família paranaense também são contra esta posição que querem dar ao Paraná. Era isso Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emilia Belinati, Senhores Deputados, representantes de classes empresariais, lideranças, clubes de serviços que nos visitam nesta tarde, população do Paraná aqui representada nas galerias e imprensa.

Esta Casa vive, hoje, mais um dia histórico, em que toda a comunidade do Paraná se reúne para levantar e empunhar a nossa bandeira de unidade e se mobilizar contra a divisão que querem fazer no Estado, contra um projeto que se encontra tramitando na Câmara Federal de divisão de nosso Estado.

Neste sentido, o Paraná se une, o Paraná se dá as mãos contra esta divisão e, no dia de hoje, todos irmanados, estamos dizendo aos Deputados Federais, estamos dizendo ao Paraná e ao Brasil, que queremos continuar unidos, porque unidos estamos construindo o Paraná. Ao longo da História nós, paranaenses, temos sido companheiros de uma mesma caminhada, temos sido irmãos da mesma fé e filhos do mesmo Deus e assim queremos continuar, porque é assim que estamos construindo a nossa História.

É por isto que no dia de hoje se encontra em Brasília o Governador Roberto Requião, juntamente com o vice-Governador Mário Pereira que é da Região de Cascavel, estão tendo audiências com o Presidente Itamar Franco e, com o Governador de Santa Catarina, estão dizendo ao Presidente que não queremos a divisão do Paraná, que queremos continuar com um Paraná unido, de progresso, com um Paraná de irmãos da mesma fé.

Lá está o Governador Roberto Requião a dizer ao Presidente Itamar Franco, pedindo ao Presidente que se alinhe à causa do Paraná e se coloque contra o plebiscito de divisão, que querem fazer no Paraná.

Esta preocupação aumenta porque é bem provável que este projeto de divisão do Paraná seja colocado na Ordem do Dia da próxima semana; em princípio estava previsto já para a próxima terça-feira, mas num trabalho também do Primeiro Secretário, Anibal Khury, parece-me que se conseguiu tirar da pauta da terça-feira.

Mas a ameaça persiste. A qualquer mo-

mento este projeto entra em pauta e, ao menor descuido nosso, ao menor descuido dos paranaenses, teremos nosso Estado dividido.

É por isto que vigilantes estão todas as lideranças. É por isto que irmanado continua o Paraná.

E além dos trabalhos que esta Assembléia já realizou, já aprovamos uma moção contrária a este plebiscito, contrária a esta divisão, além do trabalho que vem realizando também o Governador Roberto Requião e o seu vice, mobiliza-se também toda a sociedade civil paranaense, pela sua Associação Comercial e Industrial, pelos clubes de serviços, pelas lideranças empresariais, para mantermos o Estado do Paraná unido.

É importante que se traga também ao conhecimento desta Casa, o trabalho que a Associação Comercial e Industrial do Paraná vem fazendo e aqui neste jornal que foi distribuído nesta tarde, a todos os Senhores Deputados, nós temos artigos aí de grande profundidade, de profunda análise sócio-cultural, histórica e que mostra que o Paraná não pode ser dividido.

Logo na segunda página, nós temos um artigo: "A União faz a força", da Presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, Maria Cristina de Andrade Vieira, onde ela coloca: "Além de enfraquecer o Paraná e Santa Catarina, de que viverá o novo Estado?"

É uma pergunta oportuna, porque nós sabemos que o novo Estado terá também que ter estrutura, construir novos prédios para abrigar o Palácio do Governo, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o prédio para a Assembléia Legislativa, enfim, muitas despesas que vão onerar o novo Estado, vão onerar principalmente os cofres da União que, ao invés de gastar os seus recursos em obras de investimentos que promovem o crescimento econômico do País, terá que estar carregando o novo Estado nas mãos e destinando recursos para que esse novo Estado possa se implantar sem que, em benefício do progresso social e econômico do País se obtenha frutos.

Outro artigo importante que vem aqui também, onde se diz, na página 4, do empresário Geara que também é vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, onde indaga: "Estado do Iguaçu ou Estado de interesses?" E pelo que nós vimos, pelo que nós vimos acompanhando nesta Casa, pelo que vimos acompanhando em diversas reuniões, nós temos ali, mais um Estado de interesses e esse Estado de interesses, Senhores Deputados, não é só aqui no Paraná que está acontecendo. Parece que há uma febre no País inteiro de se querer dividir este País, de se querer criar novos Estados.

Tenho aqui uma xerox do Jornal do Brasil do dia 21 de março agora, portanto recente, onde diz: "Câmara tem hoje, dez projetos para criação de novos Estados". Então é cada Deputado querendo criar o seu próprio Estado, porque o Deputado que cria um Estado, ele já se arvora no direito de ser o governador.

Eu era Deputado Federal quando foi criado o Estado de Tocantins e por que foi criado o Estado do Tocantins? Porque o Deputado que criou, queria ser o Governador como o foi. Então o que querem esses Deputados? Cada um quer criar o seu Estado para ser Governador. O que nós precisamos é ver o interesse da sociedade como um todo e não os interesses particulares, os interesses paroquiais de cada Deputado Federal.

O Deputado Federal quando vai à Brasília, vai com a missão de discutir os grandes projetos nacionais, as obras estratégicas e não deve ir como um Deputado paroquiano, de levar e defender os interesses da sua paróquia ou da sua região. Mas é importante que se traga também algumas pequenas considerações a respeito dessa notícia. E diz também, que há Deputados preocupados com essa onda de separatismo que cresce no País, motivando até especulações sobre a criação de uma Nação independente no Brasil, nós ouvimos falar aí em divisões do Brasil.

O Deputado José Genuíno, Deputado Ernani Pudell, do PT de São Paulo, opõe-se, ele é contra a divisão do País, é contra a criação de Estado sem que haja uma razão que justifique, e diz: "se a gente começar a brincar de criar Estados, daqui há pouco teremos mil Deputados aqui dentro, dentro da Câmara Federal". Para ele, o principal interesse na criação de novos Estados é das oligarquias locais que querem ganhar o Poder político com a máquina pública, com Estado tem que ter Governador, aí tem que construir prédios para instalar a sede do Governo, das Prefeituras, da Assembléia, das Câmaras Municipais, fazer obra, e tudo às custas de quem, às custas dos cofres do Governo Federal.

Outro Deputado, Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, reclama um planejamento da Federação, acha que antes de criar novos Estados é preciso planejar o País, saber quantas unidades da federação deve ter para se desenvolver de forma mais homogênea. Essa onda de separatismo em sua avaliação é resultado de centralização de recursos e de responsabilidades junto ao Leão.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Casa marca no dia de hoje mais uma posição contrária à separação do Paraná, uma posição que tem apoio do Governador Roberto Requião, do vice-Governador

dor Mírio Pereira, de todos nós Deputados, da Presidência desta Casa, Deputado Hermas Brandão, do ex-Presidente e 1º Secretário Anibal Khury, de todo povo do Paraná e das lideranças empresariais, jurídicas e de clubes de serviço do Paraná. Vamos continuar com um Paraná forte, unido, e vamos nos posicionar firmemente contra esta Lei que pretende a sua divisão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Ausente.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente eu quero saldar a atitude democrática da Mesa da Assembléia que introduz pela primeira vez, talvez, na história do Parlamento, um representante da sociedade paranaense para se manifestar nos microfones e na Tribuna desse Poder no espaço privilegiado que antecede a votação da Ordem do Dia. Esse foi um precedente saudável que nós sabemos que será mantido por essa Mesa.

O ilustre representante da Associação Comercial que nos antecedeu, defendeu seu ponto de vista contrário à criação do Estado do Iguaçu. Da mesma forma, o nosso douto e prolixo colega Trevisan também se manifestou contrário à criação do Estado do Iguaçu.

Em parte, algumas críticas que são dirigidas a essa proposta encontram um terreno fértil, porque existe um ditado que diz que: "se querem acabar com uma boa idéia, é só colocar a pessoa errada para defendê-la". E lamentavelmente as lideranças que hoje lutam pelo Estado do Iguaçu não têm os melhores antecedentes políticos e nem uma conduta que pode ser aprovada por todos nós.

Lamentavelmente são lideranças de menor expressão, lideranças que se dedicam a defender interesses menores e, que, lamentavelmente comandam esse processo. Mais do que isso, comandam e lideram a criação do Estado do Iguaçu sob o ponto de vista de uma ética conservadora, paroquial, que buscam, na verdade, atender interesses de grandes grupos agroindustriais da região Oeste, Sudoeste do Paraná e Santa Catarina. Talvez, na sua mente, pretendam criar um novo curral, um novo espaço de poder dentro dos territórios do Paraná e Santa Catarina. Talvez estejam sonhando com os cargos públicos que irão ser criados, com os Tribunais de Justiça, Tribunais de Alçada, com o Legislativo estadual, com o Executivo estadual, resultante desse desmembramento.

Todavia, não há que se deixar de reconhecer que o que se pretende também com a criação do Estado do Iguaçu traz em si uma idéia progressista, uma idéia avançada, uma idéia democrática. Um novo Estado significaria a possibilidade de uma região gerir os recursos provenientes da sua produção, da sua renda com maior autonomia.

Ontem aqui, o Deputado Fregonese citou o exemplo que a região Oeste e Sudoeste do Paraná recebem mais recursos do que geram em termos de impostos. E não é para menos. Afinal de contas, o Paraná acabou assumindo a dívida da Cidade Industrial de Curitiba. E nós sabemos que a Cidade Industrial de Curitiba, foi um elemento fundamental para agregar renda, agregar impostos à região metropolitana da capital do Estado do Paraná. Já a região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná não tem sido contemplada com projetos dessa natureza que permitisse diversificar sua economia, que permitisse a região Oeste e Sudoeste se libertar da dependência exclusiva do setor primário ao setor agrícola, que pudessem trazer uma indústria de transformação para aquela região que pudesse no futuro gerar empregos, renda e impostos. Mais do que isso, a região Oeste e Sudoeste do Paraná é discriminada em termos educacionais. E essa realidade ninguém pode negar.

Nós tínhamos a UNIOESTE no Paraná, que nem Universidade é, que fica com 5% dos recursos destinados ao ensino superior do nosso Estado, enquanto que, Ponta Grossa, Londrina, Maringá têm grandes e consolidadas universidades estaduais. Não somos contra elas, mas há que se ter isonomia no tratamento. Aquela região hoje é uma região que está perdendo o dinamismo da sua economia que se esvai, que perde a sua população, que perdeu o dinamismo econômico, porque continua dependente do processo primário de produção de grãos da agricultura e da pecuária naquela região.

A criação de um Estado naquela região poderia nos dar a capacidade de formular um projeto de desenvolvimento econômico, um projeto de desenvolvimento cultural, poderíamos ter a nossa própria instituição de fomento, um banco que se dedicasse ao fomento, que aproveitasse as potencialidades daquela região, esses são os aspectos progressistas, mais do que isso, nós teríamos a possibilidade, no momento da criação do Estado de contrapor a visão autoritária e conservadora para que nós tivéssemos um Estado moderno, não um Estado moderno do Collor, mas um Estado moderno que privilegia as políticas sociais, que privilegia as camadas populares. É por isso, Senhores Deputados, que nós do PT, pelo menos esse Deputado que aqui está, defende o direito daquela população decidir

se quer ou não a criação do Estado.

O que nós estamos propondo é o direito da população poder decidir isso em um plebiscito democrático, por tal mérito, caberá a cada um dos Senhores, também democraticamente, que exponha teses favoráveis e contrárias a promover lá naquela região um debate sobre a oportunidade ou não de criação do Estado.

E quero dizer mais aqui, lamentavelmente, eu hoje sou obrigado a reconhecer que precisamos empunhar essa bandeira do plebiscito para que aquela região seja observada pelo Governo do Estado, finalmente agora nós teremos uma ferrovia depois de mais de cem anos ligando aquela região e é preciso manter essa bandeira erguida, nem que seja para chamar a atenção dos governantes do Paraná e de Santa Catarina, para dar maior atenção à situação daquelas regiões.

Então, eu quero aqui registrar de público a nossa visão de que deve sim ser aprovado o plebiscito e que a população deva ser consultada, precedido de um amplo debate sobre as reais necessidades e as oportunidades.

Que todas as partes possam manifestar essa posição.

Nós sabemos que alguém que está sendo bem abrigado, bem recebido e bem tratado numa casa, não tem interesse em deixá-la, agora aqueles filhos que são maltratados na sua casa não vêm a hora de assumirem a sua independência, a sua autonomia para constituírem lar próprio.

Então eu acho que essa bandeira, eu até digo lamentavelmente, encontra eco e ressonância na opinião pública da região Oeste e Sudoeste do Paraná, essa receptividade na região só existe pelo clima de insatisfação com os Governos do Paraná e Santa Catarina.

Este é o verdadeiro alerta que deve ficar neste parlamento e deve ficar nos palácios que dirigem esses dois Estados. Eu tenho certeza que se o Paraná e Santa Catarina olharem com atenção essas regiões dando a elas os direitos que elas merecem, não privilégios, mas tratamentos isonômicos, igualitários, eu tenho certeza que essa bandeira se esvaziará. Agora até lá, Senhores Deputados, eu entendo que o povo tem direito de decidir, a não ser que a gente tenha medo de voto.

É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Ainda no Pequeno Expediente nós vamos dar espaço para um companheiro sindical também usar da palavra, o Senhor Lima Oliveira.

O SR. LIMA OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros do Fórum da Parceria, representando mais de

duzentos mil trabalhadores na qualidade de lideranças que compõem a Intersindical, nós nos somamos neste movimento contra a fundação do chamado Estado do Iguçu.

Em oportunidade recente nós estivemos conversando com companheiros sindicalistas da região do Oeste e do Sudoeste e como era de se esperar, os companheiros estão engajados nessa idéia da separação. Alegam entre outros motivos, o problema de representação política até em nível nacional. Alegam como motivos também, as questões até étnicas e culturais da região, diferenciando, mas nós entendemos que o processo de consolidação de uma Nação, passa pela unidade de seus segmentos étnicos e não acredito que esse discurso da liderança política da região, de que é preciso contrabalançar o peso da representação política do nordeste e do norte do País, dividindo mais o sul, é que vai resolver os nossos problemas. Nós acreditamos sim que é preciso, quem sabe até uma reforma na legislação eleitoral e no sistema de representação, de tal forma que assegure uma divisão maior do poder político concentrado em Brasília, até porque de repente, vai começar a se sedimentar de fato, essa questão do separatismo que a gente ouve falar todo dia e assiste, principalmente aqui na nossa região sul e até isso está gerando uma contrapartida, quando a gente lê nos jornais e vê que os nordestinos também, alegando que estão sendo discriminados pelos companheiros brasileiros do sul, também vêm com essa proposta de separação na região nordestina. Acreditamos nós trabalhadores que, via de regra, somos as vítimas do processo e nunca os agentes, acreditamos que devemos interferir em parceria sim, mas em igualdade de condições para colocarmos a nossa posição, a posição de quem constrói a Nação, de quem constrói econômica, social e politicamente a Nação, dentro das Casas de Lei, do poder público enfim, Executivo, Legislativo, que seja. Esta é a opinião nossa, sindicalistas da Intersindical.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Com a palavra no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, visitantes. Já se disse que o maior assombro da nossa história, da História do Brasil é a unidade nacional. Nós nos somamos ao "não", à criação do pretense Estado do Iguçu. Esta Assembléia, por unanimidade já se manifestou tempos atrás, no mesmo sentido, mas há irmãos nossos catarinenses e paranaenses que, em face de uma campanha essencialmente emocional e localizada, procura fazer levantar uma pequena parcela

da população paranaense e catarinense para a elevação de um pretenso status de um novo Estado na Federação brasileira.

Ouvimos com atenção o Deputado Zuk, o Deputado Trevisan, o Deputado Pudell e o representante de um sindicato que nos antecedeu. Observamos e sentimos divergir do ilustre colega Deputado Pudell, de que no caso de discriminação injusta de uma das partes de um Estado da Federação por parte do governo central do Estado, aquela população que se sentisse porventura discriminada, viesse a se levantar e proclamar a sua independência do contexto Estadual. É um argumento que se desfaz pela realidade dos fatos. Imaginemos Senhores Deputados e senhores visitantes que ocorresse isso em qualquer Município paranaense ou de qualquer parte do Brasil pelo desatendimento discriminatório de um Governo do Estado ou mesmo de um Governo Municipal ou do Governo Nacional e se proclamasse a independência daquela célula Municipal ou daquele Distrito Municipal dentro da constelação Brasileira numa quebra flagrante da cláusula pétrea da Constituição Federal que proíbe a desintegração territorial dentro dos limites territoriais nacionais, sob pena de intervenção Federal ou apoio das Forças Armadas. Mas, nós, Senhores Deputados, queremos trazer aqui os contra argumentos principais elencados pelo eminente Deputado Federal do meu partido PSDB na Câmara Federal - Munhoz da Rocha, contra a criação do Estado do Iguaçu, dizendo que "no caso só a minoria ouvida" - dizendo ele o Plebiscito seria realizado apenas nos setenta e um Municípios a serem desmembrados no Paraná e sessenta e seis de Santa Catarina, totalizando somente cento e trinta e sete, contra os quatrocentos e quarenta e seis restantes que compreendem a maioria absoluta da população e não seria consultada o que é injusto. Como é injusto que não exista nenhum preceito constitucional, apenas a Carta atual e que ouça toda a população do Estado para o possível desmembramento de qualquer parcela do seu território e não se circunscreva apenas ao Plebiscito localizado, emocional.

Aliás a falar-se em Plebiscito quantas e quantas vezes nos lembramos de Pilatos e quantos estão como Pilatos em relação ao "Credo", fazendo com que a emoção sobrepuja a razão e faça com que a multidão vote por "Barrabás" contra Cristo. É contra a criação do Estado do Iguaçu porque provocaria a sangria financeira. A subtração desses importantes Municípios acarretaria danosas sangrias às finanças dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que são reconhecidamente fortes e bem estruturados. Graças a quem - ao esforço conjunto de todos os seus habitantes, de todos os Muni-

cípios Paranaenses e Catarinenses e não de apenas alguns. E com a criação pretendida resultariam dois Estados enfraquecidos financeira, econômica, política, histórica e culturalmente. E nós queremos a união do Paraná e de Santa Catarina constituindo um só Estado por sua identidade histórica, sociológica, cultural, econômica, financeira e política e social, para poder esse Estado, somando-se aos dois existentes se ampliar com São Paulo e com o Estado de Minas Gerais.

Representatividade no Congresso Nacional é outra indagação. A correção das distorções da representatividade dos diversos estados no Congresso Nacional, um dos documentos apresentados pelo Senhor Edir Siliprandi, que naturalmente, como ponderou o Trevisan, evidentemente quer ser o primeiro governador do pretenso Estado do Iguaçu.

Apresentados esses argumentos em questão, poderia ser obtida na revisão constitucional que está programada para outubro deste ano no texto Constitucional.

E dir-se-á: "Não", criando-se mais um estado dentro do contexto paranaense. O Sul terá maior representatividade. Mas seria repetição daquele episódio em cadeia e em cascata porque o Norte e o Nordeste do Brasil também criariam mais estados membros para contrapor-se então, a essas criações eventuais.

Incomensuráveis dispêndios. A criação do novo Estado implicaria em incomensuráveis dispêndios ao País, pois exigiria a criação de diversos órgãos e a construção de inúmeras sedes para receber o grande contingente de funcionários a serem admitidos. Seria uma colcha de retalhos por quê? Porque existe uma dezena de outros projetos de lei em tramitação na Câmara de Deputados com idêntico objetivo. O que faz com que o mapa do Brasil corra o risco de transformar-se numa verdadeira colcha de retalhos. E termina ele invocando a necessidade de rigorosos critérios.

O bom senso nos diz Paulo Munhoz, que qualquer novo desmembramento deve passar por profundo estudo global que observe rigorosamente critérios nacionais bem definidos.

A nossa mensagem contra a criação do Estado do Iguaçu porque preferimos Cristo a Barrabás. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário representante na reunião de Florianópolis.

SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por incumbência de Vossa Excelência que preside esta sessão Deputado Anibal

Khury, fomos juntamente com o Deputado Luiz Carlos Martins e o jornalista Rafael de Lala à cidade de Florianópolis.

O Encontro de Florianópolis tinha duas finalidades. A primeira, é que a Assembléia Legislativa daquele Estado promovia um debate sobre Sistema de Governo. O Paraná foi, realmente bem representado. O Paraná ali se fez presente na figura do Senador e ex-Governador José Richa ao qual foi recebido com bastante calor humano dos catarinenses pela sua brilhante atuação defendendo o que ele acha certo para o Brasil que é o Parlamentarismo. Não entrando no mérito, mas devo aqui testemunhar a capacidade, a liderança de José Richa no Estado de Santa Catarina. Da mesma forma defendendo a Monarquia, lá se fazia presente o ex-Ministro e atualmente presidente responsável pela Santa Casa de Misericórdia, o Dr. Ivo Arzua Pereira; também da mesma forma defendeu a bandeira do Estado do Paraná com um belíssimo discurso enaltecendo as qualidades do povo paranaense.

Este aspecto da primeira reunião de Florianópolis sobre o sistema de Governo nós não participamos porque simplesmente fizemos a saudação e colocamos a minha posição particular junto com o Deputado Luiz Carlos Martins a favor do Presidencialismo, mas o mais importante para nós do Paraná e para os catarinenses foi o que se discutiu sobre o assunto da separação e a criação do novo Estado do Iguazu.

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, lá estava presente o ex-Governador daquele Estado Ivo Silveira e abertamente, para que todos ouvissem, ele dizia para mim: "Fique tranquilo porque eu conheço muito bem o dinamismo do Anibal Khury do Paraná e se ele está à frente desse movimento para impedir a criação do Estado do Iguazu, eu não tenho dúvida - e chamava o Presidente da Assembléia do Estado de Santa Catarina e dizia - de que em Brasília vocês não vão e não façam qualquer movimento sem a presença do Paraná porque são comandados por um homem experiente como Anibal Khury que conhece e sabe bem como enfrentar esse desafio e impedir tal absurdo para o Estado de Santa Catarina e para o Estado do Paraná."

Naquela reunião contávamos com a presença da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o qual se comprometeu igualmente com o Paraná e Santa Catarina ir até Brasília na próxima semana para visitarmos, percorrermos os gabinetes dos Senhores Deputados do Brasil inteiro para que não cometam este desastre, que é a criação do Estado do Iguazu.

Nós tivemos a apresentação técnica do jornalista Rafael de Lala. Ele mostrou o mapa do Paraná e mostrou todos os Estados

do Brasil e ele dizia: "Se for para dividir, criar novos Estados, os Senhores vejam o tamanho do Estado do Amazonas, do Mato Grosso, foi numerando os grandes Estados do Brasil, e aí falava: "como se pode querer dividir Estados já tão pequenos territorialmente como é o Estado de Santa Catarina, especialmente Santa Catarina e incluindo também o Estado do Paraná."

O Deputado Prisco Vianna, que é da Comissão de Redação e Justiça da Câmara dos Deputados, estava presente, Senhor Presidente, e o Deputado Luiz Carlos Martins, numa altura, quando ele falou que na Comissão tinha votada favoravelmente para que o Projeto fosse submetido ao voto do Plenário, indagou ao Prisco Vianna, Deputado representante da Bahia: "Se é tão fácil vocês jogarem a coisa desta forma para o Plenário, por que vocês não apresentam também uma emenda separando o Sul do Norte do País?" E o Prisco Vianna se assustou.

Ele sentiu realmente que o povo do Sul iria votar a favor da separação. Então, ele pensou e raciocinou e deu uma sugestão para nós catarinenses e paranaenses: que apresentamos, agora, na próxima semana, que o Deputado do Paraná apresente uma emenda para que os Estados a serem criados sejam submetidos a uma votação de toda a população que abranja todo o Estado e não somente a fatia a ser desmembrada.

É com esta missão, Senhor Presidente, com essa missão do Deputado Prisco Vianna, indagado pelo Deputado Luiz Carlos Martins que nós haveremos de ir a Brasília com vosso apoio, e peço a Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, que acompanhe essa delegação em nome do Paraná para que apresentemos essa emenda, para que votação não seja somente necessária na área empreendida no desmembramento, mas como um todo.

Senhor Presidente, eu trago também uma mensagem do povo da Assembléia de Santa Catarina, do Presidente, do Deputado Orlando Pessuti, Presidente desta Casa, com a Mesa da Assembléia, com os Senhores Deputados do Paraná, que há necessidade de se dar uma satisfação ao povo do oeste catarinense, que há necessidade de se dar uma satisfação ao povo do oeste do Paraná; e que a Assembléia de Santa Catarina estará reunida e será comandada na Cidade de Chapecó por dois dias. E eu me comprometia a trazer esse apelo de Santa Catarina para que a Assembléia do Paraná também durante dois dias se faça presente na Cidade de Cascavel, seria terça e quarta em Chapecó, quinta e sexta na Cidade de Cascavel.

Eles vão apresentar alguns conferencistas não Parlamentares neste encontro de Chapecó. E eu tomo a liberdade Senhor Presidente de convidarmos um paranista ilustre que em todas as suas campanhas tem da-

do certo, é o pé quente do Paraná, o Doutor Francisco Cunha Pereira, para se fazer presente e proferir a sua palestra na Cidade de Cascavel, no encontro seguido Chapecó e Cascavel, representando o oeste catarinense e representando o Oeste do Paraná.

Senhor Presidente, o Governador do Estado, juntamente com outras autoridades, assinaram um documento que eu peço autorização, e se o meu tempo da Liderança não permitir que Vossa Excelência nos dê essa oportunidade.

(Lê):

"Moção dos Presidentes e Deputados de Assembléias Legislativas Estaduais em apoio à unidade do Paraná e Santa Catarina.

Os Presidentes e Deputados das Assembléias Legislativas Estaduais da Região Sul do Brasil, reunidos em Florianópolis, nesta data, após tomarem conhecimento do Projeto de Decreto Legislativo n° 141/PR e das Resoluções pertinentes emitidas pelas Legislaturas dos Estados do Paraná e Santa Catarina,

DECIDIRAM:

Alotar a presente Moção, de pleno e irrestrito apoio à defesa da integridade territorial dos Estados do Paraná e Santa Catarina, e contrariamente ao Projeto de Decreto Legislativo n° 141/91 da Câmara Federal, porque o Projeto citado manda realizar plebiscito em apenas um quinto dos Municípios de ambos os Estados, deixando de ouvir a totalidade de suas populações que, forçosamente são diretamente interessadas no destino de seus Estados;

Consideram ainda, que a tentativa de desmembramento de Estados federados, sem audiência prévia de suas autoridades constituídas, violam o princípio histórico do federalismo expresso nas Constituições de países civilizados como os Estados Unidos e a Alemanha e atentam contra o pacto federativo brasileiro;

Consideram ainda, que a Comissão de Estados Territoriais criada em obediência às Disposições Transitórias da Constituição Federal, concluiu pela desnecessidade de redivisão territorial "nos Estados do Centro-Sul, com territórios de 200.000 Km2, em média, por exibirem espaços homogêneos", assunto que só pode voltar a ser cogitado na próxima revisão constitucional;

Consideram, finalmente, que sob o aspecto político, dado o quadro de graves dificuldades que o País atravessa, é inoportuno promover o separatismo em qualquer dimensão, por colocar em risco a própria unidade nacional, afetando a continuidade do Brasil como Nação soberana e capaz de auto-determinação para a escolha de seu destino, quando por certo superará as de-

Curitiba, quinta, em 25.03.93

ficiências do presente em proveito de um futuro melhor para a comunhão de todos os brasileiros.

RECOMENDAM:

À vista da deliberação tomada e dos pontos abordados, remeter o inteiro teor desta Moção aos Senhores Presidentes das Casas do Congresso Nacional, aos Senhores Presidentes do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral e ao Senhor Presidente Itamar Franco.

Florianópolis, 24.03.93

Assinaturas ilegíveis".

Este documento é assinado, entre outras pessoas, pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por Deputados, pelo Governador, enfim, por outras lideranças que ali se encontravam, como o Senador José Richa, como Ivo Arzua, e tantos outros.

Por último, este documento foi assinado na residência do Governador do Estado de Santa Catarina que houve por bem convidar os paranaenses, os gaúchos e catarinenses para almoçar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda com inscrição os Deputados Alceu Swarowski e Toti Colaço. Na ordem da precedência concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao ler hoje, o editorial do Jornal informativo "Folha do Comércio da Associação Comercial do Paraná, da empresária Maria Cristina de Andrade Vieira e quero que este editorial seja transcrito nos anais desta Assembléia, vejo que este editorial transgride na realidade, Deputado Alceu, Deputado Colombino, Deputado Trevisan, Deputado Cartário, Deputado vigilante Anibal Khury, além de enfraquecer o Estado do Paraná e Santa Catarina, pergunta o editorial e perguntaria eu, do que viverá o novo Estado que os separatistas querem criar na Nação brasileira? Oportunismo político? Ambição pelo poder? E outros interesses estão ameaçando a unidade de meu Estado, o Paraná. Isto porque não vemos outros motivos, diz Maria Cristina de Andrade Vieira, se não estes, os de mover a idéia do desmembramento dos territórios do Paraná e de Santa Catarina, constante de projeto em tramitação na Câmara dos Deputados e que não encontra respaldo de nenhuma ordem, seja histórica, econômica, social ou cultural e vou mais além, como diz o Deputado Colombino Grassano, é inconstitucional a criação deste novo Estado no meu Paraná.

A luta dos pioneiros que desbravaram sertões do Paraná, transformando numa das mais importantes unidades da Federação Brasileira, parece esquecida a integração tão arduamente conquistada e agora desprezada. A união dos colonizadores, que ergueram cidades e construíram o progresso do Paraná, está ameaçada para a Presidente Maria Cristina de Andrade Vieira, da Associação Comercial do Paraná.

A ambição de maus brasileiros não tem limites, por uma parcela de poder querem dividir, separar, enfraquecer, esquecendo-se do velho ditado "a união faz a força".

E aí vai por diante o editorial da ilustre Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná.

Mas a união faz a força. E não é só o Doutor Francisco Cunha Pereira, mas sim o Jornal "Correio de Notícias", o Jornal "O Estado do Paraná", "O Jornal do Estado", a "Folha de Londrina" e todos os órgãos de imprensa, rádio, televisão, no Estado, estão preocupados com a união, com a força para não enfraquecermos o Estado do Paraná, não enfraquecermos Santa Catarina. E uma pergunta de fundamental importância que têm feito os analistas políticos dos jornais do Estado do Paraná: do que viverá esse Estado? Eu tenho acompanhado, Senhores, a criação de novos, sem desmerecer os autores dos Projetos, eu tenho acompanhado aqui há anos como Deputado, acompanhei anos como Vereador, projetos neste Parlamento criando municípios no Estado do Paraná. Respondam-me, Senhores Parlamentares, do que vivem esses municípios? A própria Rede Globo, a Rede OM, o SBT, a Rede Bandeirantes e as demais emissoras mostraram que vários Prefeitos não têm, sequer, uma cadeira para sentar. Tem municípios no Paraná e em outros Estados brasileiros também, não quero dizer só no Paraná, que às vezes há falta de espaço para uma carteira escolar, Deputado Paulo Maia, há esta falta. Se é difícil para você como Prefeito administrar um município novo, certo está a Presidente da Associação Comercial do Paraná, Maria Cristina de Andrade Vieira, ao afirmar do que viverá o novo Estado, meu Deus? É ambição política, porque destruir o meu Estado se Ele é grandioso, se Ele é forte, o que nós precisamos no Estado do Paraná é unirmos forças deste Parlamento que é forte, que é decisivo nas suas idéias, nos seus ideais, na sua vontade de lutar.

Nós temos que dar exemplo aos Deputados Federais, que me perdoem, o que eu tenho que falar eu falo na cara, não falo por traz, nós temos que ter homens fortes no Congresso para calarem definitivamente a boca de separatistas que querem destruir o Estado do Paraná que é o celeiro da Nação brasileira.

Então, Senhores, esta Assembléia, como disse o Deputado Luiz Carlos Zuk, através do Deputado Anibal Khury, através de todas as Bancadas com assento neste Parlamento fizeram uma vigília para que Brasília lavasse a cara, tirasse a máscara e entendesse que nós não somos palhaços, nós não somos bonecos, o Paraná tem dono, para haver uma separação neste Estado é preciso antes que se respeite a mãe negra, a mãe branca, o trabalhador, o operário, aquele que está na carpa do café ou na apanha do algodão, ou na soja lá no Oeste do Paraná, ou no Sudoeste. É preciso respeito com a cara da família brasileira do meu Estado.

Então, pergunto aos Senhores, com ordem de quem? Me dizia o Deputado Colombino Grassano agora há pouco; Deputado Alborgheti isto é inconstitucional, não foram ouvir, não foram de casa em casa perguntar à empregada doméstica, ao gari que pega o lixo, àquele que mora numa favela ou que mora numa cabana ou num bairro simples, humilde, ou num palácio! Não foram! Ninguém, ninguém, ninguém foi até lá perguntar: você quer se separar do nosso Paraná querido, você quer se separar do celeiro do Brasil e viver num Estado que será um ponto de interrogação?! Não, não foram, Deputado Colombino. Vossa Excelência me dizia agora há pouco que ninguém foi.

Então, eu quero fazer que este editorial chegue, vou fazer isso, mandei tirar quinhentos xerox enviando para cada Senador, para cada Deputado Federal em Brasília para que eles tirem a máscara, leiam. Esta é a voz do Paraná. Esta é a voz do Parlamento.

Este Estado tem dono. Quem manda no Paraná, Deputado Trevisan, não é um, não é o Senhor que manda neste Estado, Deputado Paulo Maia, Deputado Djalma, Toti Colaço, Deputado Bona Turra, Deputada Emilia, todos os Senhores deste Parlamento! Quem manda neste Estado é o povo e o povo tem que ser respeitado; não esquetejado, rasgado, violentado nos seus direitos.

Chega! Não vamos admitir esta afronta! É preciso levar o Paraná inteiro e superlotarmos as galerias da Câmara Federal em Brasília e dizer a eles que o Paraná tem cara e que a cara dos paranaenses já está lavada; nós não usamos máscaras; nós queremos um Paraná sólido, unido de trabalho. Nós não queremos aqui separatismo e jogo político para se alcançar o poder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Nobre Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores visitantes.

Antes de mais nada eu queria me associar às palavras dos oradores que me antecederam, principalmente daqueles que estão na defesa intransigente da não-divisão do nosso Estado: Alceu Swarowski, Luiz Carlos Alborghetti e aos demais.

Cascavel e toda região do Oeste e do Sudoeste do Paraná não podem separar-se do Sul e principalmente, aqui da nossa capital, a região Sul, principalmente. Todas as administrações dos Governos anteriores investiram, sim, e bastante no Oeste do Paraná, e não faz muito tempo. São cidades novas, regiões novas que hoje estão aflorando para o nosso Paraná, produzindo, crescendo, com grandes universidades, estradas asfaltadas, telefonia, eletrificação, grandes hospitais. O Governador do Estado do Paraná, já começou no governo passado, está fazendo um esforço brutal, investindo pesadamente em cima da Ferroeste, alocando os recursos do Governo do Estado para facilitar o escoamento de toda a produção do Oeste do Paraná.

Com todo respeito às representações de Cascavel e região, não é justo para nós que se divida o Paraná quando já se investiu e continua investindo-se, tanto.

Eu quero cumprimentar àqueles todos excelentes tribunos que fizeram as suas orações e disseram o porquê não querem a sua divisão. Associe-me às palavras de todos, do nosso Presidente, do nosso Secretário, da comunidade econômica do Estado do Paraná aqui da Capital, o nosso apoio e a nossa participação também nesta luta da não divisão do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha presença nesta tribuna também é para poder trazer ao conhecimento dos Senhores que nós nos reunimos recentemente com o Bloco da Frente Municipalista. De um número aproximadamente de 18 Parlamentares, comparecemos em quatro.

Eu gostaria, com muita humildade, de chamar atenção dos membros que compõem o Bloco Municipalista, que na próxima reunião, por gentileza, a presença dos Senhores é de extrema importância para o Paraná, quando não, um representante, um assessor, um chefe de gabinete, para que a gente possa conduzir este Bloco.

Na reunião que realizamos, tomamos algumas decisões e foram levantadas algumas questões de grande interesse dos nossos municípios.

Nós extraímos, é claro, uma decisão daqueles que lá estiveram presentes, nós vamos ter um encontro com o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, para poder viabilizar, achar uma mecânica, uma saída para que as atuais administrações, os prefeitos empossados recentemente possam receber a famosa certidão negativa do Tribunal de Contas e que possa o Tribunal de

Contas, através de uma resolução talvez da própria Assembléia, do nosso Bloco, da Casa, dar um prazo, pelo menos até o final do ano, para que as atuais administrações possam colocar em prática e resolver os problemas das prestações de contas pendentes.

Esta foi uma das decisões que tomamos.

Uma reunião que vamos, possivelmente na segunda-feira, um encontro com o Secretário da Fazenda, aonde vamos discutir e vamos nos informar melhor a respeito da arrecadação do ICMS do nosso Estado e a repartição do bolo. Existe uma gritaria quase que geral dos atuais prefeitos, no que diz respeito a distribuição do ICMS, principalmente agora no mês de fevereiro, aonde a 1.^a e a 2.^a parcelas foram um desastre total, na segunda ou na terça-feira.

Também foi decidido de que na semana que vem nós vamos ter um encontro com o Superintendente da Caixa Econômica Federal do Paraná, aqui em Curitiba, para discutirmos o dispositivo, o decreto, que impede, hoje, que exija a certidão negativa do FGTS das prefeituras e elas automaticamente, os prefeitos não podem se habilitar nos programas do nosso governo.

Para se ter uma idéia, foi feito levantamento e parece-me que oitenta e poucos por cento dos municípios paranaenses não têm como retirar a certidão negativa do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal.

No dia de ontem, representando o Bloco Municipalista, também fomos participar de uma reunião com o Presidente da AMP, com todos os presidentes das associações das microrregiões do Estado do Paraná. A conclusão daquela reunião, eu estou tornando público isto aqui, para conhecimento dos ilustres Parlamentares, foi formado através da APM - Associação dos Municípios Paranaenses, uma frente municipalista permanente, com a presença de todos os Presidentes das Associações, com a participação do nosso Bloco Municipalista, com a participação do Conselho Diretor da ABM e também com uma representação dos Deputados Federais.

Esta Frente Municipalista Permanente, que vai ficar de plantão na sede da AMP (Associação dos Municípios do Paraná), ela tem por objetivo, interferir o mais rápido possível junto ao Congresso Nacional, porque está bem próximo de se haver uma reforma constitucional e se os municipalistas, se os prefeitos, se nós não ficarmos atentos, nós vamos ter um prejuízo muito maior ainda no que diz respeito aos interesses dos nossos municípios.

Eu vou citar apenas um exemplo que ocorreu com a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, o famoso IPMF que está aí. Vejam só os Senho-

res: houve um pequeno movimento dos municípios paranaenses para que a arrecadação desse imposto que é mais um imposto que vai, com todo o respeito, adentrar nos bolsos de todos os brasileiros, de todas as camadas sociais, um tímido movimento para que este imposto pudesse ser agregado juntamente a exemplo do IPI e do Imposto de Renda, para que pudesse formar o bolo da divisão dos municípios através do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e isto ficou fora, nem que haja a regulamentação agora, já está fora.

O que é que aconteceu no Congresso Nacional com relação aquele pleito dos municípios brasileiros? Respeitosamente, Senhor Presidente, eu estou atordoado com o que tomei conhecimento. Os congressistas, de todo o País, fizeram um acordo com o Ministro da área econômica do Governo Federal e com as Lideranças, fizeram um acordo de cavalheiros, onde, num orçamento que nem sequer foi aprovado ainda, pasmem Senhores, um orçamento da União que ainda não foi aprovado, se não me falha a lembrança, a não ser que aprovaram ontem à tarde ou essa noite, fizeram um acordo. Parte dos recursos do IPMF e por isso é que foi aprovado a toque de caixa, tanto na Câmara Federal como no Senado, vão ser distribuídos através das representações no Congresso Nacional, distribuído a "bel-prazer" de cada Parlamentar ou de cada Senador.

Eu sou um parlamentarista, sou um representante do povo aqui no Paraná, apesar de que nós todos queremos evidentemente ter uma parcela do nosso orçamento e levar para os nossos municípios, mas é uma coisa injusta e por que não dizer, indecente, porque aquelas regiões, e ouvi alguém defendendo o novo Estado, então os municípios que não têm representação junto ao Congresso Nacional, nada vai levar desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - (Faz soar os tímpanos).

Vossa Excelência tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. TOTI COLAÇO - Eu gostaria, Senhor Presidente, de usar o restante do prazo da Liderança do PMDB, pois eles utilizaram somente dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Normalmente não se divide o tempo da Liderança. O Deputado terá um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. TOTI COLAÇO - O IPMF é um dos assuntos que nós do Bloco estamos tratando e gostaríamos imensamente que os Senhores Parlamentares pudessem participar na nossa

próxima reunião, porque os nossos municípios estão à beira da falência. Os municípios paranaenses estão um verdadeiro caos. Aqui tem representantes de todos os municípios. É uma tragédia total o que está acontecendo, no que diz respeito aos recursos que deveriam ir aos municípios e não estão chegando.

Nós estamos encaminhando um requerimento subscrito por todos os Parlamentares que estão presentes nessa Sessão, enviando ao Ministro da Previdência Social, porque além do que ainda bloquearam o repasse do Fundo de Participação de 107 municípios que estão sem receber o Fundo, agora neste final de mês. Nós estamos enviando este requerimento e imediatamente vou mandar um fax através do meu gabinete, em nome do Bloco Municipalista, para que ele, evidentemente possa receber em nome do Paraná, em nome dessa Casa de Leis, receber este Requerimento e se preocupar com aquilo com que está acontecendo com os nossos municípios.

Senhor Presidente, eu agradeço a atenção dos Senhores e agradeço especialmente aos Deputados que subscreveram este documento e fica aqui um chamamento a mais. O Bloco Municipalista nosso, na próxima semana nós vamos nos reunir, gostaria imensamente que todos pudessem participar. Nós temos assuntos de trabalho barbaridade, o clamor, as esperanças que os Prefeitos estão depositando neste bloco como de resto na Assembléia Legislativa é muito grande e nós não podemos, é claro, decepcionar aqueles que estão fazendo o nosso Estado crescer através das suas ações que são os nossos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, acima aprovado:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º

83/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Solidários pela Vida - SOVIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 083/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a "Associação Solidários pela Vida" - SOVIDA, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Solidários pela Vida" - SOVIDA, teve seu estatuto aprovado recentemente, na data de 12 de novembro de 1992. Dentre as principais atividades exercidas em prol da comunidade, se destacam as seguintes: Participar em eventos promovidos no campo da AIDS, como a Comissão Estadual de AIDS, Grupo Pela Vida "Oficina de Sexo Seguro", Curso de Voluntários para atendimento; auxiliar doentes de AIDS com fornecimento de medicamentos, documentação, transporte e vestuário; realizar encontros para angariar fundos, como a realização de jantares de confraternização; desenvolver projetos de pesquisa e estudos no campo da AIDS, bem como a avaliação destas atividades realizadas; e a construção de casas/lar de apoio integral aos doentes de AIDS.

Como já se sabe, a AIDS é uma doença que surgiu de modo avassalador, aterrorizando milhares de pessoas que sabem que a luta é difícil, e que a cura, por enquanto, não existe. Deste modo, todo e qualquer tipo de apoio é válido, devendo nós, Deputados Estaduais, representantes de uma boa parcela deste "povo aterrorizado", dar o nosso voto de apoio a esta Associação, pelo elevadíssimo valor social de suas atividades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 83/93

P A R E C E R:

A Associação Solidários pela Vida - SOVIDA, como entidade civil com fins assistenciais, cumpre os requisitos necessários à sua declaração como utilidade pública. Pelos conteúdos de seu estatuto e relatório de atividades, inegável o caráter solidário assumido por seus integrantes em relação aqueles menos afortunados materialmente. Merecendo fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública da entidade.

Diante do exposto, nada encontramos

Curitiba, quinta, em 25.03.93

que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo, nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 072/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 321/93, que reajusta, em 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 01 de março de 1993, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI n° 072/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativos e inativos, ficam reajustados em 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 01 de março de 1993.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.092, de 5 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 72/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas, tem por objetivo reajustar em 25%, a partir de 01.03.93, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Esta Comissão foi chamada a opinar com relação à constitucionalidade e legalidade do projeto.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL!

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 72/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas, tem por objetivo reajustar em 25%, a partir de 1° de março de 1993, os níveis de vencimentos dos Audito-

res e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto a sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, esta Comissão, oferece o parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
e Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 34/93, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos e transitórios dos servidores ativos e inativos, dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada, Serventias e Servidores temporários regidos pela C.L.T., conforme especifica e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 068/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, transitórios, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventias e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em fevereiro de 1993, ficam, a partir de 1° de março de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei.

Art. 2° - Ficam também reajustados a partir de 1° de março de 1993, no mesmo percentual dos valores dos níveis de vencimentos constante das Tabelas de que trata o artigo 1° desta Lei.

I - os valores das gratificações de produtividade e das Pensões Especiais;

II - o valor do salário-família, por dependente legal; e

III - os valores das gratificações de representação de Gabinete.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1° de março de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, transitórios, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das

Secretarias dos Tribunais de Justiça e da Alçada, e da Serventia da Justiça e servidores temporários regidos pela C.L.T., a vigor a partir de 1° de março de 1993.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	6.263.334,79
2	5.887.506,42
3	5.511.734,94
4	5.135.902,98
5	4.760.174,25
6	4.600.742,69
7	4.281.321,75
8	3.113.651,09
9	2.821.698,83
10	2.529.876,93
11	2.237.832,67
12	1.945.973,14

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	8.260.021,68
II	7.770.725,13
III	7.268.782,69

TABELA III
Cargos em Comissão

SÍMBOLO	VALOR
1-C	3.555.038,32
2-C	3.283.255,68
3-C	3.030.795,69
4-C	2.799.480,00
5-C	2.631.511,19
6-C	2.473.620,48

TABELA IV
Cargos de Direção e Assessoramento Superior

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	8.187.178,13
DAS-2	7.499.766,84
DAS-3	6.912.879,74
DAS-4	6.114.735,33
DAS-5	5.508.769,42

TABELA V
Funções Gratificadas

SÍMBOLO	VALOR
1-F	207.902,69

2-F	176.487,41
3-F	155.629,09
4-F	124.923,23
5-F	114.167,70

TABELA VI

Serventia da Justiça (Lei n° 10.237/92)

NÍVEL	VALOR
1	9.394.857,10
2	8.831.130,85
3	8.267.495,68
4	7.703.766,88
5	7.140.161,06
6	6.901.027,08
7	6.421.878,53
8	4.670.412,47
9	4.232.480,03
10	3.794.749,75
11	2.890.725,50
12	2.717.268,92
13	2.543.838,71

TABELA VII

TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	VALOR
1	9.280.612,45
2	8.436.294,21
3	7.669.004,82
4	6.971.594,76
5	6.337.978,79
6	5.281.884,37
7	4.401.557,44
8	3.668.080,64
9	3.056.832,24
10	2.657.717,90
11	2.311.175,12
12	2.009.648,91

TABELA VIII

TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	VALOR
1	6.965.257,89
2	6.633.449,43
3	6.317.739,53
4	6.016.841,38
5	5.730.300,21
6	5.508.530,22
7	5.292.458,62
8	4.932.564,95

9	4.697.579,59
10	4.270.505,80
11	3.882.255,97
12	3.529.395,74
13	3.208.461,50
14	2.916.889,60
15	2.578.250,99
16	2.359.992,91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 68/93

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Casa pelo Ofício n° 034/93, do Tribunal de Justiça, trata a matéria em epígrafe de alterar, a partir de 1° de março de 1993, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, transitórios, em comissão, servidores temporários regidos pela C.L.T. e funções gratificadas dos quadros de pessoal das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e serventias da Justiça.

A iniciativa da matéria atende ao que dispõe a Constituição Estadual e sob o aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, entendemos estar a mesma em condições de ser apreciada pelo Plenário, o que nos leva a dar parecer favorável à matéria.

Sala das Comissões, em 24.03.93

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 68/93

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Casa pelo Ofício n° 034/93, do Tribunal de Justiça, trata a matéria em epígrafe de alterar, a partir de 1° de março de 1993, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, transitórios, em comissão, servidores temporários regidos pela C.L.T. e funções gratificadas dos quadros de pessoal das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e serventias da Justiça.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, esta Comissão oferece o parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.03.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/92, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Escola Profissional Padre João Piamarta - Creche Sagrada Família, de União da Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Public. no D.A. n° 171 de 30.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 399/92.

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, o Projeto de Lei n° 399/92, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Creche Sagrada Família, com sede e foro na cidade de União da Vitória, chegamos a seguinte conclusão:

a - Que a documentação apresentada e anexada ao presente Projeto de Lei tais como: Estatutos Sociais, Atas de Assembleias Gerais, e Relatório de Atividades, mostra claramente que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é a Creche Sagrada Família;

c) - Que a Escola Profissional Padre João Piamarta com sede na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará é apenas uma entidade mantenedora, com Estatutos Sociais próprio, e dirigida por uma outra diretoria, e com jurisdição naquele foro e Comarca;

d) - Desta forma, apresentamos um Substitutivo Geral tendo em vista que a entidade que realmente presta serviços a comunidade do município de União da Vitória, é a Creche Sagrada Família, conforme demonstra a documentação anexa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável a aprovação do presente Projeto de Lei, que com o substitutivo Geral que anexamos a este parecer, está dentro das normas exigidas pela Lei n° 6994/78, estando portanto em condições de ser apreciado pelo plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN-Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

PROJETO DE LEI N° 399/92

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Sagrada Família, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, mantida pela Escola Profissional Pe. João Piamarta, sediada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissões, em ...12.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que toda a documentação anexa ao Projeto de Lei n° 399/92, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Creche Sagrada Família, com sede na cidade de União da Vitória, tais como: Estatutos, Atas de Reuniões, Relatório de Atividades e etc., demonstra que a Escola Profissional Pe. João Piamarta com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, apresentamos o pre-

sente substitutivo, pelo fato de que o único documento da escola em anexo, é o Certificado expedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério de Educação.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 057/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dá o nome de Albert Sabin ao Hospital Geral do Portão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR-369, que liga a sede do Município de Barbosa Ferraz à PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 02(duas) sessões do Projeto de Lei n° 050/93. Em discussão.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para encaminhar o Requerimento do Deputado Namir Piacentini, nós entramos com o pedido da retirada do projeto por duas Sessões, visto o Deputado não se encontrar presente hoje nesta Sessão, estando em Brasília a trato de problemas que interessam ao Paraná e também pelo fato que o Deputado pretende fazer uma alteração no referido Projeto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação o Requerimento do nobre Deputado. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei n° 050/93.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, requerimento n° 479, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 480, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após um intervalo de cinco minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 399/92, 068, 072, 083/93.

Levanta-se a sessão.